



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



351) O artigo 38 de nossa Constituição Federal trata das disposições a serem observadas quando o servidor publico é eleito. Diante disso aponte a alternativa correta.

- a) o servidor eleito para ocupar mandato federal, estadual ou distrital perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) o servidor eleito para ocupar mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo optar pela remuneração menor.
- c) o servidor eleito para ocupar mandato de Vereador, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.
- d) o servidor eleito para ocupar mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.

RESPOSTA: “d”, artigo 38, III combinado com a parte final do inciso II.

352) Sobre a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório a administração observará algumas características, dentre as abaixo descritas, qual não corresponde às previstas na Constituição ?

- a) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- b) o local de exercício.
- c) os requisitos para a investidura.
- d) as peculiaridades dos cargos.

RESPOSTA: “b”, tal item não consta nos incisos do parágrafo primeiro do artigo 39 da CF.

353) O artigo 39, parágrafo 3º, menciona alguns direitos trabalhistas que são aplicáveis aos ocupantes de cargos públicos, diante disso, aponte a alternativa em que somente consta tais direitos.

a) IV- salário mínimo, VII- garantia de salário, VIII- décimo terceiro salário, IX- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, XII- salário família, XIII- jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, XV- repouso semanal remunerado, XVI- remuneração do serviço extraordinário, XVII- férias com um terço do salário, XVIII- licença à gestante, XIX- licença paternidade, XX- proteção do mercado de trabalho da mulher, XXII- redução dos riscos inerentes ao trabalho, XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

b) IV- salário mínimo, VII- garantia de salário, VIII- décimo terceiro salário, IX- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, XII- salário família, XIII- jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, XV- repouso semanal remunerado, XVI- remuneração do serviço extraordinário, XVII- férias com um terço do salário, XVIII- licença à gestante, XIX- licença paternidade, XX- proteção do mercado de trabalho da mulher, XXI- aviso prévio, XXII- redução dos riscos inerentes ao trabalho, XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

c) IV- salário mínimo, VII- garantia de salário, VIII- décimo terceiro salário, IX- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, XI- participação nos lucros, XII- salário família, XIII- jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, XV- repouso semanal remunerado, XVI- remuneração do serviço extraordinário, XVII- férias com um terço do salário, XVIII- licença à gestante, XIX- licença paternidade, XX- proteção do mercado de trabalho da mulher, XXII- redução dos riscos inerentes ao trabalho, XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

d) II- seguro desemprego, IV- salário mínimo, VII- garantia de salário, VIII- décimo terceiro salário, IX- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, XII- salário família, XIII- jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, XV- repouso semanal remunerado, XVI- remuneração do serviço extraordinário, XVII- férias com um terço do salário, XVIII- licença à gestante, XIX- licença paternidade, XX- proteção do mercado de trabalho da mulher, XXII- redução dos riscos inerentes ao trabalho, XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

RESPOSTA: “a”.

354) Sobre a previdência dos servidores públicos aponte a assertiva correta

- a) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, inclusive se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- c) os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no cargo público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos integrais.

RESPOSTA: “a”, conforme artigo 40, caput.

355) No artigo 40, § 4º a Constituição veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, alguns serviços. Diante disso assinale a alternativa que está em desacordo com a Constituição.

- a) os portadores de deficiência.
- b) os que exerçam atividades burocráticas.
- c) os que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- d) os que exerçam atividades de risco.

RESPOSTA: “b”, pois não consta na listagem do parágrafo 4º.

356) Aponte a assertiva incorreta

- a) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no parágrafo 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- b) ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.
- c) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- d) a lei poderá estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício.

RESPOSTA: “d”, conforme está expresso no parágrafo 10 do artigo 40, formas de contagem fictício não poderá ser estabelecido.

357) Sobre o benefício da pensão por morte do servidor, assinale a alternativa correta.

- a) corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
- b) corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201, acrescido de setenta e cinco por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
- c) corresponderá ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
- d) corresponderá ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 40, parágrafo 7º, II.

358) Aponte a alternativa incorreta

- a) aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrente da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.
- b) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio dos servidores.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.
- d) o servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no parágrafo 1º, III, a e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no parágrafo primeiro, inciso segundo.

RESPOSTA: “b”, conforme está previsto no parágrafo 13, é aplicado o regime geral de previdência social.

359) Sobre a estabilidade e as hipóteses de perda do cargo, aponte a alternativa correta

- a) são estáveis após quatro anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) o servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial pendente de recurso.
- c) o servidor público estável perderá o cargo em virtude de processo administrativo inquisitivo.
- d) o servidor público estável perderá o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 41, §1º, III.

Comentários: São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Os servidores somente perderão o cargo nas seguintes situações: sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo com ampla defesa e avaliação periódica de desempenho, com ampla defesa.

360) Assinale a alternativa incorreta

- a) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

RESPOSTA: “c”, conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 41.